



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

55º EXAME DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

RIO DE JANEIRO (CAPITAL),
NITERÓI, DUQUE DE CAXIAS,
NOVA IGUAÇU E SÃO GONÇALO

ESTÁGIO DE PRÁTICA FORENSE E DE
ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

- 2025 -

DIREITO CONSTITUCIONAL

1) A modificação da Constituição pode dar-se por via formal e por via informal. Nesta perspectiva, mecanismo que permite a transformação do sentido e do alcance de normas da Constituição, sem que se opere, no entanto, qualquer modificação do seu texto é conhecido como:

- a) Revisão constitucional;
- b) Emenda constitucional;
- c) Mutação constitucional;
- d) Reforma constitucional;
- e) Poder constituinte derivado decorrente.

2) Nos termos do que dispõe o art. 18, §º 4º da Constituição Federal, são requisitos necessários à criação de novos municípios:

- a) Lei complementar federal estabelecendo período possível para criação de novos Municípios; Estudo de viabilidade municipal; Plebiscito da população diretamente interessada e lei estadual;
- b) Lei ordinária federal estabelecendo período possível para criação de novos Municípios; Estudo de viabilidade municipal; Plebiscito da população diretamente interessada e lei estadual;
- c) Lei ordinária federal estabelecendo período possível para criação de novos Municípios; Estudo de viabilidade municipal; Referendo da população diretamente interessada e lei estadual;
- d) Lei complementar federal estabelecendo período possível para criação de novos Municípios; Estudo de viabilidade estadual; Plebiscito da população diretamente interessada e lei estadual;
- e) Decreto legislativo estabelecendo período possível para criação de novos Municípios; Estudo de viabilidade municipal; Plebiscito da população diretamente interessada e lei estadual.

3) A separação de poderes foi concebida pelo constitucionalismo liberal para assegurar a moderação no exercício do poder, evitando o arbítrio dos governantes e protegendo a liberdade dos governados. A ideia essencial é a de que, ao se conferir funções estatais diferentes a órgãos e pessoas diversas, evita-se uma concentração excessiva de poderes nas mãos de qualquer autoridade, afastando-se o risco do despotismo. Embora tenha raízes ainda mais antigas, a versão mais conhecida deste princípio foi divulgada por Montesquieu, no século XVIII, na sua famosa obra *O espírito das leis*. Outra contribuição fundamental ao desenvolvimento do princípio em questão se deu por influência do constitucionalismo norte-americano, que concebeu a necessidade de instituição de mecanismos de “freios e contrapesos” (*checks and balances*), que permitissem controles recíprocos entre os poderes, de forma a evitar que qualquer um deles pudesse atuar abusivamente no campo das respectivas atribuições. (*Direito Constitucional*. 2.ED. Belo Horizonte: Fórum, 2014. p. 306)

Das hipóteses elencadas abaixo de controles recíprocos mencionadas abaixo, assinale aquela que NÃO é expressamente prevista na Constituição Federal de 1988:

- a) A possibilidade de o Chefe do poder executivo vetar projeto de lei;
- b) A declaração de inconstitucionalidade de uma lei pelo Poder Judiciário;
- c) A rejeição pelo Congresso Nacional de medida provisória editada pelo Chefe do poder executivo;
- d) A edição de decreto pelo chefe do poder executivo suspendendo os efeitos de lei por ele reputada como inconstitucional;
- e) A edição de decreto legislativo pelo Congresso Nacional para sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa;

4) Na forma do art. 84, da Constituição Federal, compete privativamente ao Presidente da República:

- a) decretar o estado de defesa e o estado de sítio;
- b) nomear, após aprovação pela Câmara dos Deputados, os Ministros do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores, os Governadores de Territórios, o Procurador-Geral da República, o presidente e os diretores do banco central e outros servidores, quando determinado em lei;
- c) dispor, mediante decreto, sobre extinção de funções ou cargos públicos, inclusive quando ocupados;
- d) vetar projetos de emenda constitucional, total ou parcialmente;
- e) em todos os casos, iniciar o processo legislativo;

5) O sistema de governo presidencialista, segundo a doutrina, é dotado das seguintes características, EXCETO:

- a) O Presidente é Chefe de Estado e Chefe de Governo;
- b) A chefia do Executivo é unipessoal;
- c) O Presidente é escolhido pelo povo;
- d) O Presidente tem um mandato determinado;
- e) O Presidente não pode ser responsabilizado politicamente

6) Conforme previsto na Constituição Federal de 1988, a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá, entre outros, aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Além desses princípios, a Constituição estabelece regras específicas a serem observadas, sendo CORRETO afirmar que:

- a) é garantido ao servidor público militar o direito à livre associação sindical;
- b) a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, inclusive as nomeações para cargo em comissão;
- c) o prazo de validade do concurso público será de até quatro anos, prorrogável uma vez, por igual período;
- d) a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão;
- e) os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público serão computados e acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.

7) De acordo com o entendimento do Supremo Tribunal a respeito dos direitos e garantias fundamentais previstos no art. 5º da Constituição Federal, julgue as assertivas abaixo assinalando a INCORRETA:

- a) É inconstitucional, por ofensa aos princípios da isonomia, da liberdade religiosa e da laicidade do Estado, norma que obrigue a manutenção de exemplar de determinado livro de cunho religioso em unidades escolares e bibliotecas públicas estaduais;
- b) É constitucional o uso de ações afirmativas, tal como a utilização do sistema de reserva de vagas ("cotas") por critério étnico-racial, na seleção para ingresso no ensino superior público;
- c) É constitucional lei estadual que isenta servidores públicos do Estado do pagamento de taxa de inscrição em concursos públicos;
- d) A presença de símbolos religiosos em prédios públicos, pertencentes a qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, desde que tenha o objetivo de manifestar a tradição cultural da sociedade brasileira, não viola os princípios da não discriminação, da laicidade estatal e da impessoalidade.
- e) É constitucional a utilização de vestimentas ou acessórios relacionados a crença ou religião nas fotos de documentos oficiais, desde que não impeçam a adequada identificação individual, com rosto visível.

8) A doutrina e a jurisprudência desenvolveram princípios específicos de interpretação da Constituição, classificados dogmaticamente pelo ramo da hermenêutica constitucional.

Ao se deparar com dispositivo legal aberto, ambíguo ou plurissignificativo, atribuindo-lhe exegese que o torne compatível com o texto constitucional, o intérprete se vale do seguinte princípio constitucional de interpretação:

- a) Princípio da razoabilidade;
- b) Princípio da correção funcional;
- c) Princípio da interpretação conforme à Constituição;
- d) Princípio da presunção de constitucionalidade;
- e) Princípio da proporcionalidade.

9) Nos termos do que dispõe o art. 25, §º 3º da Constituição Federal e conforme a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, NÃO É requisito necessário à criação e governança de regiões metropolitanas:

- a) A existência de agrupamento de Municípios limítrofes;

- b) A elaboração de Lei Ordinária de cada Município limítrofe e a sua participação paritária no órgão colegiado da Região Metropolitana, composto pelos Municípios limítrofes e pelo Estado federado;
- c) A elaboração de Lei Complementar pelo Estado para a instituição da Região Metropolitana, sendo compulsória a participação dos Municípios limítrofes nela integrados;
- d) A organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum;
- e) A ausência de concentração do poder decisório e do poder concedente nas mãos do Estado, de modo a preservar o autogoverno e a autoadministração dos Municípios.

10) A respeito do Mandado de Injunção, remédio constitucional criado pelo art. 5º, LXXI da Constituição Federal e regulamentado pela Lei Federal nº 13.300/16, é INCORRETO afirmar que:

- a) Em nenhuma hipótese, o deferimento da injunção poderá consistir na fixação das condições em que se dará o exercício dos direitos, das liberdades ou das prerrogativas reclamados;
- b) Poderá ser conferida eficácia *ultra partes* ou *erga omnes* à decisão, quando isso for inerente ou indispensável ao exercício do direito, da liberdade ou da prerrogativa objeto da impetração
- c) Conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta total ou parcial de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania;
- d) A norma regulamentadora superveniente produzirá efeitos *ex nunc* em relação aos beneficiados por decisão transitada em julgado, salvo se a aplicação da norma editada lhes for mais favorável;
- e) O mandado de injunção coletivo pode ser promovido pelo Ministério Público, quando a tutela requerida for especialmente relevante para a defesa da ordem jurídica, do regime democrático ou dos interesses sociais ou individuais indisponíveis.

11) Em 2023, o Estado X editou a Lei Estadual nº 123 disciplinando sobre normas gerais de descarte de cigarros eletrônicos após o seu uso, com o intuito de evitar a reciclagem inadequada e a poluição do meio ambiente. Naquele ano, não havia norma federal disciplinando o tema. Em 2025, a União Federal editou a Lei Federal nº 456, que traz normas gerais de descarte de cigarros eletrônicos e prevê modalidade distinta da Lei Estadual nº 123, sob o argumento técnico-científico de que a forma prevista na nova legislação federal promove mais adequadamente o meio ambiente equilibrado.

Sobre o cenário descrito acima, assinale a alternativa INCORRETA à luz das competências federativas para editar normas de proteção do meio ambiente:

- a) Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades;
- b) No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais;
- c) A superveniência da Lei Federal nº 456, que estabelece normas gerais, torna inválida a Lei Estadual nº 123, no que lhe for contrário;
- d) A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados;
- e) De 2023 a 2025, a Lei Estadual nº 123 era plenamente válida e eficaz, não incorrendo em nenhum vício de inconstitucionalidade formal.

12) Sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Mesmo que preenchidos os requisitos constitucionais para a instalação da CPI, sua efetiva criação depende de juízo discricionário do Plenário da Casa Legislativa;
- b) O prazo de vigência da CPI deve ser pré-determinado, mas poderá ser prorrogado e ultrapassar, inclusive, o período de uma legislatura;
- c) As CPIs têm poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, podendo promover, por iniciativa própria e sem a participação do Ministério Público, a responsabilização civil dos infratores decorrentes das irregularidades apuradas;
- d) A convocação obrigatória de Governadores do Estado para prestar declaração em CPIs estaduais não importa violação ao princípio da separação de poderes;
- e) As CPIs não podem praticar atos submetidos à reserva de jurisdição.

13) No tocante ao processo legislativo, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Segundo a jurisprudência do STF, é possível a revogação ou alteração por lei ordinária de benefício instituído a servidor público por lei complementar quando materialmente ordinária, observado o princípio da simetria;
- b) Os Estados não poderão prever a edição de Medidas Provisórias pelo Governador do Estado, nos moldes do art. 62 da Constituição Federal, em suas Constituições Estaduais;
- c) É admitido aumento de despesa em projeto de Lei de iniciativa exclusiva do Governador do Estado;
- d) Não é necessária a observância das regras de iniciativa privativa para deflagração do processo legislativo, na hipótese de Emendas às Constituições Estaduais, por se tratar do exercício do poder constituinte decorrente reformador;
- e) É possível a sanatória de vício de iniciativa em Projeto de Lei mediante a sua sanção pelo Governador do Estado.

14) No controle de constitucionalidade concentrado, o STF realiza divisão do rol de legitimados ativos do art. 103 da Constituição Federal, classificando-os como legitimados universais e especiais. Os legitimados especiais necessitam demonstrar a pertinência temática para a propositura da ação direta de inconstitucionalidade, isto é, fixar o nexo entre a norma impugnada e os seus interesses e vocações institucionais.

Assinale a alternativa que traz exemplo de legitimado ativo especial:

- a) Presidente da República;
- b) Mesa de Assembleia Legislativa;
- c) Mesa do Senado Federal;
- d) Partido político com representação no Congresso Nacional;
- e) Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

15) As empresas públicas e sociedades de economia mista consistem em instrumentalidades estatais de intervenção no domínio econômico, seja mediante o exercício de atividades econômicas em sentido estrito ou por meio da prestação de serviços públicos.

Sobre o regime jurídico das empresas públicas e sociedades de economia mista, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Mesmo que a empresa pública receba recursos do Estado para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio em geral, a remuneração de seus empregados públicos não se submeterá ao teto remuneratório do art. 37, XI da Constituição Federal;
- b) Somente por lei específica poderá ser autorizada a instituição de empresa pública e de sociedade de economia mista;
- c) A venda do controle acionário de empresas subsidiárias ou controladas de empresas públicas e sociedades de economia mista não necessita de autorização legislativa específica.
- d) As empresas públicas e as sociedades de economia mista não poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado;
- e) A exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.

DIREITO CIVIL

16) Tendo em vista as disposições do Código Civil de 2002 sobre responsabilidade civil, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Os pais não respondem pela reparação civil de danos causados pelos filhos menores que estiverem sob sua autoridade e em sua companhia.
- b) Só haverá obrigação de reparar o dano se houver culpa em sentido estrito, sendo inconstitucional qualquer lei que atribua responsabilidade objetiva a alguém.
- c) Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.
- d) O direito de exigir reparação e a obrigação de prestá-la não se transmite com a herança, pois cessam com a morte do agente.
- e) A indenização mede-se pela sempre extensão do dano sendo proibida qualquer redução pelo juiz, ainda que haja excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano.

17) A validade dos negócios jurídicos em geral NÃO requer:

- a) Agente capaz
- b) Objeto determinado ou determinável.
- c) Objeto lícito.
- d) Objeto possível.
- e) Publicação no Diário Oficial da União.

18) Segundo José Edwaldo Tavares Borba, “o nome empresarial é o nome jurídico da sociedade, não se confundindo com títulos de estabelecimento, sinais, símbolos e marcas”. Sobre o nome empresarial, é INCORRETO afirmar que:

- a) Considera-se nome empresarial a firma ou a denominação adotada para o exercício de empresa.
- b) O nome de empresário deve distinguir-se de qualquer outro já inscrito no mesmo registro.
- c) A sociedade limitada só pode adotar firma, sendo vedado o uso de denominação, ainda que integrada pela palavra "limitada" ao final.
- d) A sociedade cooperativa funciona sob denominação integrada pelo vocábulo "cooperativa".
- e) Se o empresário tiver nome idêntico ao de outros já inscritos, deverá acrescentar designação que o distinga.

19) A doutrina civilista classifica os bens de acordo com seu tipo. Tendo em vista o conceito doutrinário de cada classificação, marque a alternativa CORRETA:

- a) Bens móveis são os que não se podem transportar, sem destruição, de um lugar para outro.
- b) Bens imóveis são os suscetíveis de movimento próprio, ou de remoção por força alheia, sem alteração da substância ou da destinação econômico-social.
- c) Bens infungíveis são os móveis que podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade.
- d) Bens fungíveis são os móveis que podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade.
- e) Bens consumíveis são os móveis ou imóveis cujo uso não importa destruição imediata da própria substância.

20) Acerca da solidariedade, marque a opção INCORRETA:

- a) A solidariedade pode ser presumida.
- b) Há solidariedade, quando na mesma obrigação concorre mais de um credor, ou mais de um devedor, cada um com direito, ou obrigado, à dívida toda.
- c) Cada um dos credores solidários tem direito a exigir do devedor o cumprimento da prestação por inteiro.
- d) O pagamento feito a um dos credores solidários extingue a dívida até o montante do que foi pago.
- e) A solidariedade resulta da lei ou da vontade das partes.

21) No tocante à capacidade e à personalidade civil das pessoas naturais, é INCORRETO afirmar que:

- a) Toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil.
- b) A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida; mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro.
- c) São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de 16 (dezesseis) anos.
- d) São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os maiores de 16 (dezesseis) e menores de 18 (dezoito) anos.
- e) A menoridade cessa aos 18 (dezoito) anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil.

22) A responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito público está positivada tanto na Constituição Federal (art. 37, § 6º) quanto no Código Civil de 2002 (art. 43). Sobre este tema, é INCORRETO afirmar que:

- a) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros.

- b) As pessoas jurídicas de direito público são absolutamente irresponsáveis pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros.
- c) É assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.
- d) A responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito público pode ser classificada como objetiva.
- e) A responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito público pode ser afastada pelas excludentes do nexo de causalidade, como o fato exclusivo da vítima e o fato de terceiro.

23) O Código Civil de 2002 elenca diversas hipóteses de extinção das obrigações. Sobre elas, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Apenas o devedor principal ou o fiador podem pagar a dívida.
- b) O credor é obrigado a receber prestação diversa da que lhe é devida, se esta for mais valiosa.
- c) O credor não pode consentir em receber prestação diversa da que lhe é devida, sob pena de nulidade
- d) Dá-se a sub-rogação quando o devedor contrai com o credor nova dívida para extinguir e substituir a anterior.
- e) Se duas pessoas forem ao mesmo tempo credor e devedor uma da outra, as duas obrigações extinguem-se, até onde se compensarem.

24) De acordo com o que estabelece o Código Civil sobre as pessoas jurídicas, são verdadeiros os itens:

I. A autonomia patrimonial das pessoas jurídicas é um instrumento lícito de alocação e segregação de riscos, estabelecido pela lei com a finalidade de estimular empreendimentos, para a geração de empregos, tributo, renda e inovação em benefício de todos.

II. A critério do juízo, havendo abuso da personalidade jurídica, a desconsideração desta poderá ser decretada de ofício para a proteção dos interesses do credor.

III. Caracteriza-se a confusão patrimonial pela utilização da pessoa jurídica com o propósito de lesar credores e para a prática de atos ilícitos de qualquer natureza.

IV. Entende-se por desvio de finalidade o cumprimento repetitivo pela sociedade de obrigações do sócio ou do administrador ou vice-versa.

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) III e IV, apenas.
- e) Todos os itens.

25) Para efeitos legais, são considerados bens imóveis:

I. as energias que tenham valor econômico;

II. os direitos pessoais de caráter patrimonial;

III. os direitos reais sobre imóveis e as ações que os asseguram;

IV. o direito à sucessão aberta.

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) III e IV, apenas.
- e) Todos os itens.

26) Durante a negociação de compra e venda de um automóvel, João intencionalmente ocultou de Mário defeitos mecânicos graves, induzindo-o a celebrar o contrato em condições desfavoráveis. Mário então, de boa-fé, firmou o contrato, mas, ao descobrir os vícios ocultos, buscou a anulação do negócio jurídico. Considerando o Código Civil e a doutrina dominante, assinale a alternativa que identifica corretamente o vício que afeta a validade do contrato celebrado entre as partes.

- a) Lesão, já que Mário, por inexperiência, se obrigou à prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta.
- b) Erro substancial, pois Mário teve uma falsa percepção sobre o estado do imóvel.
- c) Coação, visto que Mário só celebrou o contrato em razão do risco de dano iminente e considerável à sua pessoa.

- d) Dolo, já que ao omitir os defeitos mecânicos do automóvel, João agiu com intenção de enganar Mário.
- e) Estado de perigo, porque Mário celebrou o contrato sob grave risco de perder oportunidade irreparável.

27) Em relação aos prazos da prescrição, analise os itens a seguir:

I. Prescreve em dois anos a pretensão de reparação civil;

II. Prescreve em quatro anos a pretensão relativa à tutela, a contar da data da aprovação das contas.

III. Prescreve em cinco anos a pretensão de haver prestações alimentares, a partir da data em que se vencerem.

- a) Somente o item I está correto.
- b) Somente o item II está correto.
- c) Somente os itens I e II estão corretos.
- d) Somente os itens I e III estão corretos.
- e) Somente os itens II e III estão corretos.

28) De acordo com o Código Civil, na sociedade limitada, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos responderão:

- a) Solidariamente, pelas obrigações sociais.
- b) Subsidiariamente pelas obrigações contraídas pelos administradores.
- c) Solidariamente pela integralização do capital social.
- d) Subsidiariamente, por dívidas quirografárias.
- e) Solidariamente, por empréstimos e demais dívidas bancárias.

29) Tendo por base o Código Civil de 2002, assinale a alternativa correta a respeito das disposições gerais sobre contratos:

- a) Não podem as partes estipular contratos atípicos, ainda que observadas as normas gerais fixadas neste Código.
- b) Quando houver no contrato de adesão cláusulas ambíguas ou contraditórias, dever-se-á adotar a interpretação mais favorável ao aderente.
- c) É lícito o contrato sobre herança de pessoa viva.
- d) Os contratos entre ausentes tornam-se perfeitos, em regra, no momento em que a aceitação é recebida.
- e) Não podem as partes, ainda que por cláusula expressa, reforçar, diminuir ou excluir a responsabilidade pela evicção.

30) A respeito da extinção das obrigações, em que consiste a compensação?

- a) Quando o credor não tem mais interesse em receber o bem no local onde foi pactuado.
- b) Quando credor e devedor aceitam celebrar novo negócio, substituindo o antigo.
- c) Quando o credor resolve perdoar parte da dívida do devedor.
- d) Quando o credor aceita receber bem diverso daquele pactuado.
- e) Quando duas pessoas forem ao mesmo tempo credor e devedor uma da outra.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

31) Qual princípio assegura que ambas as partes possam apresentar suas versões e provas durante o processo judicial?

- a) Inércia da jurisdição.
- b) Contraditório.
- c) Economia processual.
- d) Publicidade.
- e) Arbitragem.

32) São fontes do Direito Processual:

- a) lei municipal e costumes
- b) lei municipal e o estatuto da empresa
- c) lei federal e o estatuto da empresa

- d) lei municipal e jurisprudência
- e) lei federal e jurisprudência

33) A estrutura da Justiça Estadual no Brasil é composta por diferentes órgãos com competências distintas. Qual das seguintes afirmativas apresenta corretamente sua organização?

- a) A Justiça Estadual é formada apenas pelos Tribunais de Justiça e Juízes de primeiro grau.
- b) A Justiça Estadual é integrada exclusivamente por juízes eleitorais e federais.
- c) A Justiça Estadual é composta pelos Tribunais Regionais Federais e pela Justiça do Trabalho.
- d) A organização da Justiça Estadual não prevê a existência de juizados especiais para causas de menor complexidade.
- e) A Justiça Estadual inclui Tribunais de Justiça, juízes de primeiro grau e os juizados especiais estaduais.

34) Não representa método de interpretação das normas processuais:

- a) gramatical;
- b) histórico;
- c) teleológico;
- d) sistemático;
- e) parcial.

35) A competência para julgar um processo é definida com base em diferentes critérios. Qual dos seguintes critérios NÃO é utilizado para determinar a competência?

- a) Territorial; que considera o local onde os fatos ocorreram ou onde reside o réu.
- b) Material; que leva em conta o tipo de questão ou matéria tratada no processo.
- c) Funcional; que se baseia na função exercida pelo órgão jurisdicional em relação ao processo.
- d) Numérico; que determina competência de acordo com o número de processos ajuizados em determinado órgão jurisdicional.
- e) Hierárquico; que define a competência conforme o nível ou grau do tribunal ou juiz.

36) Assinale a assertiva que não aponta um dos auxiliares da justiça descritos no Código de Processo Civil:

- a) oficial de justiça;
- b) juiz;
- c) perito;
- d) escrivão;
- e) depositário;

37) No âmbito do Direito Processual Civil, a súmula vinculante possui efeito cogente:

- a) apenas para o Supremo Tribunal Federal e para os tribunais superiores no julgamento de processos similares;
- b) para todos os órgãos do Poder Judiciário, com exceção do Supremo Tribunal Federal, e a administração pública direta e indireta, federal, estadual e municipal.
- c) somente para os tribunais estaduais, de maneira a uniformizar suas decisões internas.
- d) para os juízes e tribunais, mas não para a administração pública.
- e) apenas para a instância em que a súmula foi editada, sem efeitos para outras instâncias.

38) São considerados elementos identificadores da ação (ou da demanda):

- a) partes, causa de pedir e escrivão;
- b) partes, causa de pedir e juiz;
- c) partes, juiz e pedido;
- d) causa de pedir, escrivão e pedido;
- e) partes, causa de pedir e pedido.

39) Em regra, qual é o prazo para a interposição de recursos no Processo Civil Brasileiro?

- a) 20 dias;
- b) 25 dias;

- c) 15 dias;
- d) 10 dias;
- e) 30 dias.

40) De acordo com o Código de Processo Civil, o prazo para as manifestações processuais da Fazenda Pública é, em regra:

- a) simples;
- b) em dobro;
- c) em triplo;
- d) em quádruplo;
- e) em quántuplo.

LÍNGUA PORTUGUESA

Vista cansada

Acho que foi o Hemingway quem disse que olhava cada coisa à sua volta como se a visse pela última vez. Pela última ou pela primeira vez? Pela primeira vez foi outro escritor quem disse. Essa ideia de olhar pela última vez tem algo de deprimente. Olhar de despedida, de quem não crê que a vida continua, não admira que o Hemingway tenha acabado como acabou. Fugiu enquanto pôde do desespero que o roía – e daquele tiro brutal.

Se eu morrer, morre comigo um certo modo de ver, disse o poeta. Um poeta é só isto: um certo modo de ver. O diabo é que, de tanto ver, a gente banaliza o olhar. Vê não vendo. Experimente ver pela primeira vez o que você vê todo dia, sem ver. Parece fácil, mas não é. O que nos cerca, o que nos é familiar, já não desperta curiosidade. O campo visual da nossa rotina é como um vazio.

Você sai todo dia, por exemplo, pela mesma porta. Se alguém lhe perguntar o que é que você vê no seu caminho, você não sabe. De tanto ver, você não vê. Sei de um profissional que passou 32 anos a fio pelo mesmo hall do prédio do seu escritório. Lá estava sempre, pontualíssimo, o mesmo porteiro. Dava-lhe bom-dia e às vezes lhe passava um recado ou uma correspondência. Um dia o porteiro cometeu a descortesia de falecer.

Como era ele? Sua cara? Sua voz? Como se vestia? Não fazia a mínima ideia. Em 32 anos, nunca o viu. Para ser notado, o porteiro teve que morrer. Se um dia no seu lugar estivesse uma girafa, cumprido o rito, pode ser que também ninguém desse por sua ausência. O hábito suja os olhos e lhes baixa a voltagem. Mas há sempre o que ver. Gente, coisas, bichos. E vemos? Não, não vemos.

Uma criança vê o que o adulto não vê. Tem olhos atentos e limpos para o espetáculo do mundo. O poeta é capaz de ver pela primeira vez o que, de tão visto, ninguém vê. Há pai que nunca viu o próprio filho. Marido que nunca viu a própria mulher, isso existe às pampas. Nossos olhos se gastam no dia a dia, opacos. É por aí que se instala no coração o monstro da indiferença.

Fonte: RESENDE, O. L. Vista cansada. Folha de São Paulo. São Paulo, 1992. Disponível em <<https://cronicabrasileira.org.br/cronicas/7040/vista-cansada>>.

41) Analise as sentenças abaixo e classifique o tipo dos pronomes destacados:

I – Pela primeira vez foi outro escritor quem disse.

II – Essa ideia de olhar pela última vez tem algo de deprimente.

III – Em 32 anos, nunca o viu.

- a) I – relativo; II – demonstrativo; III – pessoal.
- b) I – demonstrativo; II – indefinido; III – relativo.
- c) I – relativo; II – demonstrativo; III – de tratamento.
- d) I – relativo; II – indefinido; III – pessoal.
- e) I – pessoal; II – relativo; III – pessoal.

42) Ao afirmar que “O hábito suja os olhos e lhes baixa a voltagem”, o narrador do texto refere-se:

- a) ao cansaço natural da vista após um longo dia de trabalho
- b) à atenção exacerbada das pessoas às coisas do dia a dia.
- c) ao fato de que as pessoas deixam de olhar atentamente o que é cotidiano.
- d) ao desgaste da visão por olhar sempre para os mesmos lugares.
- e) ao fato de que as pessoas só dão atenção às coisas do dia a dia.

43) Considerando o trecho da questão anterior (42), assinale a alternativa que corresponde à figura de linguagem por meio da qual se constroem os sentidos o excerto selecionado:

- a) Personificação.
- b) Hipérbole.
- c) Elipse.
- d) Antítese.
- e) Eufemismo.

44) “Lá estava sempre, pontualíssimo, o mesmo porteiro”. No período apresentado, o termo destacado exerce a função de predicativo do sujeito. Assinale a alternativa em que o termo em destaque desempenha a mesma função sintática:

- a) O porteiro simpático foi elogiado pelos moradores
- b) Durante a reunião, ele permaneceu calado.
- c) A encomenda chegou rapidamente à portaria.
- d) O síndico, um homem correto, resolveu a questão.
- e) O morador recebeu a chave do prédio.

45) Assinale a alternativa em que o emprego do hífen está correto, segundo o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa:

- a) Socio-econômico.
- b) Mal-querer.
- c) Co-autoria.
- d) Recém-nascido.
- e) Pé-de-moleque.

46) Considerando o emprego do acento indicativo de crase, analise as afirmativas a seguir:

I – Em “Enviei cartas à todas as minhas amigas”, o erro ocorre porque o pronome indefinido “todas” repele o uso de artigo definido.

II – Em “Desejo o melhor à esta garota”, o erro ocorre porque não se utiliza acento grave antes de pronomes demonstrativos.

III – Em “Acessou à cada um dos sites”, o erro ocorre porque “cada” é um pronome indefinido e não pode ser precedido por artigo.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

47) Quanto às regras de acentuação, assinale a alternativa que possui a grafia correta de todos os vocábulos:

- a) Mausoléu; jibóia; árabe.
- b) Míope; réptil; gratuito.
- c) Óbvio; idéia; rubrica.
- d) Vatapá; zênite; têxtil.
- e) Tórax; bíceps, boléia.

48) Assinale a alternativa que preenche correta e respectivamente as lacunas do texto abaixo:

Devido ao fato de que _____ sérios problemas com a primeira versão texto, o autor foi orientado _____ reescrevê-lo, atentando-se _____ exigências da editora, a fim de garantir _____ qualidade do material.

- a) Houveram - à - as - a.
- b) Houve - a - as - à.
- c) Houve - a - às - a.
- d) Houveram - a - às - a.
- e) Há - à - as - a

49) Preencha a lacuna abaixo com a alternativa que apresenta a escrita correta:

O servidor foi surpreendido pela _____ do aumento.

- a) Concessão.
- b) Conseção.
- c) Consessão.
- d) Concesão.
- e) Conscessão.

50) De acordo com o acordo ortográfico vigente no Brasil, analise as afirmativas a seguir e assinale com (V) para verdadeiro ou (F) para falso:

() A supressão do acento agudo nos ditongos abertos, que alterou a grafia de “estreia”, não se aplica às oxítonas, como “anéis”.

() O acento na 3ª pessoa do plural do presente do indicativo foi mantido em verbos como “eles contêm” e “eles intervêm”, para diferenciá-los da 3ª pessoa do singular.

() A ausência de hífen em vocábulos como “preconceito” e “predatado” segue a regra geral de aglutinação, visto que o prefixo “pré-” não é seguido por /h/ ou /e/.

() Assim como o vocábulo “imensidão” é grafado com /s/, também estão corretas as grafias “espectador” e “espectorante”

A alternativa que preenche corretamente os parênteses acima é:

- a) V, F, F, V.
- b) F, V, V, F.
- c) V, V, V, F.
- d) V, F, V, V.
- e) V, V, F, F.